



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS**

**Coordenadoria Estadual na Bahia**

Av. Ulysses Guimarães, 630, Centro Administrativo da Bahia, Salvador/BA, CEP 41213-000

Telefones: (85) 3391-5100 - <https://www.gov.br/dnocs>

**ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 67/2026**

Processo nº 59404.000080/2026-41

**Unidade Gestora:** COORDENADORIA ESTADUAL DO DNOCS NA BAHIA - CEST/BA

**ACORDO DE COOPERAÇÃO  
TÉCNICA Nº 67/2026**

**ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA  
QUE ENTRE SI CELEBRAM  
O DEPARTAMENTO NACIONAL DE  
OBRAS CONTRA AS SECAS - DNOCS,  
POR INTERMÉDIO DE SUA  
COORDENADORIA ESTADUAL -  
CEST/BA E O MUNICÍPIO DE  
CURAÇÁ - BAHIA, NO ESTADO DA  
BAHIA.**

**O DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS – DNOCS**, por intermédio da **COORDENADORIA ESTADUAL DO DNOCS NA BAHIA - CEST/BA**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ Nº 00.043.711/0007-39, com sede na Av. Ulysses Guimarães, 630 - Sussuarana, Salvador - BA, 41213-000, neste ato representada pelo Coordenador Estadual o Sr. **RAFAEL GUIMARÃES DE CARVALHO**, brasileiro, casado, RG nº 08.589.053-70 SSP/BA e do CPF nº 801.734.035-49, residente e domiciliado na cidade de Salvador - BA, e o **MUNICÍPIO DE CURAÇÁ NO ESTADO DA BAHIA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº **13.915.640/0001-73**, com sede na Rua Major Torres, S/N, no Município de Curaçá - Bahia, CEP 48.930-000, neste ato representado por seu Prefeito, o Sr. **ROBSON MURILO BOMFIM DA SILVA**, RG nº **985274441 SSP/BA**, CPF nº **001.439.675-09** residente e domiciliado na Avenida Ulices Guimarães Nº 160, no Município de Curaçá - Bahia, CEP 48.930-000, considerando o constante no processo em epígrafe, resolvem celebrar o presente Acordo de Cooperação Técnica, com observância à Lei 14.133/2021, e às cláusulas e condições a seguir descritas:

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. O presente Acordo de Cooperação Técnica tem por objeto estabelecer colaboração mútua entre o **DNOCS e o MUNICÍPIO DE CURAÇÁ - BAHIA, NO ESTADO DA BAHIA**, para cooperação técnica de acordo com Plano de Trabalho aprovado pelo **DNOCS (SEI 2104577)**, que integra o presente Acordo independentemente de transcrição.

**2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO PLANO DE TRABALHO**

2.1. Para o alcance do objeto pactuado, os **PARTÍCIPES** obrigam-se a cumprir o plano de trabalho que, independentemente de transcrição, é parte integrante e indissociável do presente Acordo de Cooperação Técnica, bem como toda documentação técnica que dele resulte, cujos dados neles contidos acatam os **PARTÍCIPES**.

**3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA RESPONSABILIDADE CIVIL**

3.1. **O MUNICÍPIO** assume inteira responsabilidade, durante a vigência deste Acordo, por danos e prejuízos causados ao **DNOCS** e por todas e quaisquer reclamações decorrentes de acidentes, mortes, perdas ou destruições parciais ou totais a pessoas, materiais, coisas, ainda que tais reclamações

resultem de atos de prepostos seus ou de quaisquer pessoas físicas ou jurídicas empregadas nas atividades que possam surgir consequentes deste acordo.

#### 4. **CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTICIPES**

4.1. O presente Acordo deverá ser executado fielmente pelos PARTICIPES, de acordo com as cláusulas pactuadas, o Plano de Trabalho (2104577) e as normas aplicáveis, respondendo cada um pelas consequências de sua inexecução ou execução parcial, sendo vedada o **MUNICÍPIO** utilizar os bens disponibilizados pelo **DNOCS** para finalidade alheia ao objeto da parceria.

##### 4.2. **São obrigações exclusivas do DNOCS:**

4.2.1. Entregar a **MUNICÍPIO DE CURAÇÁ - BAHIA, NO ESTADO DA BAHIA**, mediante **Termo de Entrega/Recebimento nº 20/2026/CEST-BA (2112465)**, o equipamento a seguir relacionado, cuja utilização é restrita ao previsto no plano de trabalho:

4.2.1.1. **1 (UMA) RETROESCAVADEIRA XC870-BRI |TRANSMISSÃO XCMG | COR AMARELA | NUMERO DA FCI 78214C94 - 9B42-4BE5-9449-4D6739DD2D61 | CHASSI: XUG00870CSPA01016| NOTA FISCAL 104025 SÉRIE 1 FOLHA 1/2 | SIADS: 23116049.**

4.2.2. Monitorar e avaliar o cumprimento do objeto do presente Acordo;

4.2.3. Retomar os bens recebidos pelo **MUNICÍPIO**, caso não sejam utilizados em conformidade com o estabelecido neste Acordo de Cooperação;

##### 4.3. **São obrigações exclusivas do MUNICÍPIO:**

4.3.1. Fornecer os demais materiais e acessórios, necessários a execução das metas previstas no Plano de Trabalho;

4.3.2. Arcar com as despesas referentes à mão de obra e insumos necessários para a execução do objeto;

4.3.3. Receber oficialmente os equipamentos disponibilizados pelo **DNOCS** para a consecução do objeto deste Acordo, mediante a 1ª via do termo de entrega e recebimento, devidamente assinada pelo representante do **DNOCS** e pelo representante do **MUNICÍPIO**;

4.3.4. Responsabilizar-se pela guarda, operação e manutenção do bem recebido em decorrência deste Acordo de Cooperação;

4.3.5. Zelar pela integridade do bem disponibilizado pelo **DNOCS**, relacionados na cláusula terceira do presente instrumento, conservando-os em perfeito estado de uso, não podendo dar-lhe destinação diversa da prevista no plano de trabalho;

4.3.6. Devolver o bem recebido em perfeitas condições, ressalvadas as deteriorações ou desgastes naturais do uso regular, tanto na hipótese de término do prazo fixado na cláusula nona, como no caso de rescisão antecipada do acordo;

4.3.7. **O MUNICÍPIO**, devolverá os bens no local onde foi originalmente retirado, dentro do prazo de 10 (dez) dias após o término deste acordo;

4.3.8. Encaminhar inventário dos bens/materiais em consonância com os procedimentos estabelecidos pelo Setor de Patrimônio de Bens do **DNOCS**;

4.3.9. Em caso de perda, a qualquer título, ou danos aos bens recebidos, ressarcir ao **DNOCS** pelos prejuízos causados, podendo, a critério do **DNOCS**, tal reposição ser realizada por bens de igual valor, espécie, qualidade e quantidade;

4.3.10. Arcar com toda e qualquer despesa necessária ao bom funcionamento do bem, tais como recuperação, manutenção, conservação, transporte e seguro ou quaisquer outras que venham a incidir sobre os mesmos, bem como os danos porventura causados por seus agentes;

4.3.11. Fornecer todas as informações solicitadas pelo **DNOCS** com relação ao desenvolvimento das atividades programadas no Plano de Trabalho e realizadas com os equipamentos disponibilizados;

4.3.12. Permitir o livre acesso dos agentes da administração pública, do controle interno, Controladoria Geral da União e do Tribunal de Contas da União, aos documentos e às informações relacionadas ao acordo de cooperação, bem como aos locais de execução do respectivo objeto pactuado, a

qualquer tempo, independente de prévia comunicação;

4.3.13. Responder por todas as despesas concernentes a pagamentos de impostos, taxas ou quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre os bens durante a vigência do Acordo;

4.3.14. Responsabilizar-se exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no presente acordo, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária do DNOCS a inadimplência do **MUNICÍPIO** em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;

4.3.15. Providenciar todas as licenças, outorgas e a implementação de quaisquer outras condições porventura exigidas pelos órgãos municipais, estaduais e federais para a execução do objeto da parceria, observando a legislação aplicável;

4.3.16. O **MUNICÍPIO** se obriga a utilizar o bem utilizando servidor capacitado para condução do veículo de acordo a exigência da legislação vigente do DETRAN e CONTRAN.

4.3.17. Apresentar ao **DNOCS** relatórios conforme estipulado no Plano de Trabalho.

## 5. **CLÁUSULA QUINTA – DAS PROIBIÇÕES**

5.1. **É vedado ao MUNICÍPIO:**

5.1.1. Permitir, sob qualquer título, a utilização dos equipamentos disponibilizados pelo DNOCS em atividades diversas das previstas no plano de trabalho ou, ainda, utilização por terceiros;

5.1.2. Fazer a cessão, locação, arrendamento ou qualquer ato que implique a transferência da posse dos equipamentos disponibilizados pelo DNOCS a terceiros.

## 6. **CLÁUSULA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO**

6.1. O **MUNICÍPIO** obriga-se a permitir o livre acesso de servidor ou comissão designada pelo **DNOCS** aos bens disponibilizados, a fim de acompanhar o cumprimento das obrigações assumidas pelo **MUNICÍPIO**, devendo facilitar-lhe o acesso e a plena execução dos trabalhos necessários.

## 7. **CLÁUSULA SÉTIMA – DO PESSOAL**

7.1. O **MUNICÍPIO** fica obrigado a utilizar na execução das tarefas propostas no plano de trabalho pessoal treinado e com qualificação técnica comprovada para a operação dos equipamentos.

7.2. O pessoal que o **MUNICÍPIO** utilizar para a execução dos serviços previstos nas metas do plano de Trabalho será de sua inteira responsabilidade, não tendo com o **DNOCS** vínculo empregatício de qualquer natureza.

## 8. **CLÁUSULA OITAVA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E PATRIMONIAIS**

8.1. Não haverá transferência voluntária de recursos financeiros entre os **PARTÍCIPES** para a execução do presente Acordo de Cooperação Técnica. As despesas necessárias à plena consecução do objeto acordado, tais como: pessoal, deslocamentos, comunicação entre os órgãos e outras que se fizerem necessárias, correrão por conta das dotações específicas constantes nos orçamentos dos **PARTÍCIPES**.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Os serviços decorrentes do presente Acordo serão prestados em regime de cooperação mútua, não cabendo aos **PARTÍCIPES** quaisquer remunerações pelos mesmos.

## 9. **CLÁUSULA NONA – DAS BENFEITORIAS**

9.1. As benfeitorias porventura realizadas pelo **MUNICÍPIO** nos bens disponibilizados, que sejam necessárias ou úteis, integrarão automaticamente o patrimônio do **DNOCS** ao término deste Acordo.

## 10. **CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESTITUIÇÃO**

10.1. O **MUNICÍPIO** obriga-se a restituir ao **DNOCS** os bens recebidos, quando expirada a vigência ou rescindido o presente Acordo, em perfeito estado de conservação, funcionamento e uso, sem que lhe assista o direito a qualquer indenização.

10.2. O **MUNICÍPIO** devolverá os equipamentos no local onde foram originalmente retirados, dentro do prazo de 10 (dez) dias após o término deste Acordo.

## 11. CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

11.1. A vigência deste Acordo de Cooperação será de 1 (um) ano, contados a partir da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado por comum acordo entre os PARTÍCIPES, mediante Termo Aditivo de acordo com novo plano de trabalho.

## 12. CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - DO ENCERRAMENTO

12.1. O presente acordo de cooperação técnica será EXTINTO:

- a) por advento do termo final, sem que os PARTÍCIPES tenham até então firmado aditivo para renová-lo;
- b) por denúncia de qualquer dos PARTÍCIPES, se não tiver mais interesse na manutenção da parceria, notificando o parceiro com antecedência mínima de 30 dias;
- c) por consenso dos PARTÍCIPES antes do advento do termo final de vigência, devendo ser devidamente formalizado; e
- d) por rescisão.

**Subcláusula primeira.** Havendo a extinção do ajuste, cada um dos PARTÍCIPES fica responsável pelo cumprimento das obrigações assumidas até a data do encerramento.

**Subcláusula segunda.** Se na data da extinção não houver sido alcançado o resultado, as partes entabularão acordo para cumprimento, se possível, de meta ou etapa que possa ter continuidade posteriormente, ainda que de forma unilateral por um dos PARTÍCIPES.

## 13. CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA - DA RESCISÃO

13.1. O presente instrumento poderá ser rescindido justificadamente, a qualquer tempo, por qualquer um dos PARTÍCIPES, mediante comunicação formal, com aviso prévio de, no mínimo, 30 dias, nas seguintes situações:

- a) quando houver o descumprimento de obrigação por um dos PARTÍCIPES que inviabilize o alcance do resultado do Acordo de Cooperação; e
- b) na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução do objeto.

## 14. CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA – DA PUBLICAÇÃO

14.1. Os PARTÍCIPES deverão publicar extrato do Acordo de Cooperação Técnica na imprensa oficial, conforme disciplinado no parágrafo único do artigo 175 da Lei nº 14.133/2021.

## 15. CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

As situações não previstas no presente instrumento serão solucionadas de comum acordo entre os PARTÍCIPES, cujo direcionamento deve visar à execução integral do objeto.

## 16. CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA – DA DIVULGAÇÃO

16.1. Em qualquer ação promocional de iniciativa do **MUNICÍPIO** em função deste Acordo, deverá ser obrigatoriamente consignada a participação do **DNOCS**, através de placa de modelo padrão do governo federal.

16.2. O **MUNICÍPIO** deverá apor nos equipamentos relacionados na cláusula terceira, **ADESIVO** alusivo ao acordo, conforme modelo fornecido pelo **DNOCS**.

16.3. Fica vedada aos PARTÍCIPES, a utilização nos empreendimentos resultantes deste Acordo, de nomes, símbolos e imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou de servidores públicos.

## 17. CLÁUSULA DÉCIMA-SÉTIMA – DA CONCILIAÇÃO E DO FORO

17.1. As controvérsias decorrentes da execução do presente Acordo de Cooperação Técnica, que não puderem ser solucionadas diretamente por mútuo acordo entre os PARTÍCIPES, deverão ser encaminhadas ao órgão de consultoria e assessoramento jurídico do órgão ou entidade pública federal, sob a coordenação e supervisão da Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal – CCAF,

órgão da Advocacia-Geral da União, para prévia tentativa de conciliação e solução administrativa de dúvidas de natureza eminentemente jurídica relacionadas à execução da parceria.

**Subcláusula única.** Não logrando êxito a tentativa de conciliação e solução administrativa, será competente para dirimir as questões decorrentes deste Acordo de Cooperação o foro da Justiça Federal da Seção Judiciária do Estado da Bahia, nos termos do inciso I do art. 109 da Constituição Federal.

E, por assim estarem plenamente de acordo, os PARTÍCIPES obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos representantes dos PARTÍCIPES, para que produza seus legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

[assinado eletronicamente]

**Rafael Guimarães de Carvalho**  
Coordenador Estadual do DNOCS/BA

[assinado eletronicamente]

**ROBSON MURILO BOMFIM DA SILVA**  
Prefeito do Município de Curaçá - Bahia



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Guimarães de Carvalho, Coordenador Estadual na Bahia**, em 23/03/2026, às 11:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ROBSON MURILO BOMFIM DA SILVA, Usuário Externo**, em 23/03/2026, às 11:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.dnocs.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.dnocs.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **2112464** e o código CRC **526F519E**.



**PLANO DE TRABALHO**

**1 – ENTIDADE PROPONENTE**

<u>Órgão/Entidade:</u> PREFEITURA MUNICIPAL DE CURACÁ - BA		<u>CNPJ:</u> 13.915.640/0001-73	
<u>Endereço:</u> PRAÇA BOM JESUS DA BOA MORTE, Nº 311, CENTRO.			
<u>Município:</u> CURACÁ		<u>UF:</u> BA	<u>CEP:</u> 48.930-000
<u>E-mail:</u> gabineteprimeiro@curaca.ba.gov.br		<u>DDD/Telefone:</u> 749-9959-9203	<u>DDD/Fax:</u> 749-8134-1750
<u>Banco:</u>	<u>Agência:</u>	<u>Conta corrente:</u>	<u>Praça de pagamento:</u>
<u>Nome do Responsável:</u> ROBSON MURILO BOMFIM DA SILVA		<u>Cargo:</u> PREFEITO MUNICIPAL	<u>CPF:</u> 001.439.675-09
<u>C.I./Órgão Expedidor:</u> 985274441 SSP/BA			
<u>Endereço Residencial:</u> Avenida Ulisses Guimarães, nº 160, Centro.			
<u>Município Residencial:</u> Curacá		<u>UF:</u> BA	<u>CEP:</u> 48.930-000.
<u>E-mail:</u> prefeituramurilobomfim@curaca.ba.gov.br		<u>DDD/Telefone:</u> 749-8821-9143	<u>DDD/Celular:</u> 749-8134-1750

**2 – ENTIDADE INTERVENIENTE**

<u>Órgão/Entidade:</u> DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS - DNOCS		<u>CNPJ:</u> 00.043.711/0007-39	<u>E.A.:</u>
<u>Endereço:</u> 6ª Avenida nº 630, Centro Administrativo da Bahia (CAB)			
<u>Município:</u> Salvador		<u>UF:</u> BA	<u>CEP:</u> 41.213-000

<u>E-mail:</u> http://www.dnocs.gov.br		<u>DDD/Telefone:</u> (71) 3281-3900	<u>DDD/Fax:</u>
<u>Convênio:</u> <b>DNOCS</b>	<u>Tipo de Instrumento:</u> TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA	<u>Objeto:</u> <b>Aquisição de uma Máquina Retroescavadeira.</b>	
<u>Finalidade da Proposta:</u>  A presente proposta tem por finalidade a aquisição de uma máquina retroescavadeira, visando fortalecer a capacidade operacional do Município na execução de obras e serviços de interesse público, especialmente nas áreas rural. A aquisição do equipamento possibilitará a realização de ações voltadas à melhoria da infraestrutura hídrica, manutenção e recuperação de estradas vicinais, abertura e limpeza de reservatórios, apoio à agricultura familiar, além de intervenções de drenagem e saneamento básico, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico local e para a melhoria da qualidade de vida da população.		<u>Vigência:</u>  02/2026 até 02/2027	<u>Nº de Famílias Beneficiadas:</u>  3.500
<u>Valor do Repasse:</u>	<u>Valor da Contrapartida:</u>	<u>Valor Global:</u>	

### 3 - DESCRIÇÃO DO PROJETO

<u>Título do Projeto:</u> <b>Melhoria da infraestrutura hídrica, manutenção e recuperação de estradas vicinais, abertura e limpeza de reservatórios, apoio à agricultura familiar por meio da disponibilização de equipamento.</b>	<u>Período de Execução</u>	
	<u>Início:</u>	<u>Término:</u>
	02/2026	02/2027
<u>Objetivo Geral:</u>  Solicitar a doação de uma retroescavadeira, com a finalidade de ampliar a capacidade operacional do Município de Curacá-BA na execução de obras e serviços de interesse público, promovendo melhorias na infraestrutura hídrica, na manutenção de estradas vicinais, no apoio à agricultura familiar e nas ações de drenagem e saneamento, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e para a melhoria da qualidade de vida da população.		



Justificativa da Proposição:

A presente proposição justifica-se pela necessidade de fortalecer a estrutura operacional do Município de Curacá-BA para atender às crescentes demandas por obras e serviços de infraestrutura, especialmente nas áreas rural. A insuficiência de maquinário próprio compromete a execução eficiente de ações essenciais, como a manutenção de estradas vicinais, a limpeza e abertura de reservatórios, a realização de serviços de drenagem e o apoio às atividades da agricultura familiar.

Considerando as características climáticas da região, marcada por períodos de estiagem e irregularidade hídrica, torna-se imprescindível dispor de equipamentos adequados para garantir o acesso à água, melhorar a mobilidade das comunidades rurais e assegurar condições mínimas de infraestrutura à população. Nesse contexto, a doação de uma retroescavadeira representa medida estratégica para ampliar a capacidade de resposta do Município, promover o desenvolvimento local e proporcionar melhores condições de vida aos munícipes.

**4 - CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO (META, ETAPA OU FASE)**

META	ETAPA/ FASE	ESPECIFICAÇÃO	INDICADOR FÍSICO		DURAÇÃO		
			UNID	QUANT.	INÍCIO	TÉRMINO	
		<b>MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS</b>					
	<b>1.0</b>	<b>SERVIÇOS E MANUTENÇÃO</b>					
I	1.1	Manutenção de equipamentos	Unid	4	02/2026	02/2027	
	1.2	Operador	Mês	1			
	<b>2.0</b>	<b>RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS</b>					
	2.1	Várias Comunidades	Mês	2			

**5 - METAS A SEREM ATINGIDAS**

**METAS**

- I - Melhoria da infraestrutura hídrica
- Manutenção e recuperação de estradas vicinais,
- Abertura e limpeza de reservatórios,
- Apoio à agricultura familiar

**6 - DIAGNÓSTICO/ABRANGÊNCIA**



Um problema no Município é o número de Maquinários (veículos), para dar apoio as demandas por obras e serviços de infraestrutura, tendo manutenções e recuperações durante todo o ano. Com a chegada da Retroescavadeira será possível minimizar os problemas enfrentados pelos moradores das comunidades rurais.

## 7 – RELAÇÃO DAS COMUNIDADES BENEFICIADAS

<b>RELAÇÃO DAS COMUNIDADES DO MUNICIPIO DE CURACÁ/BA A SEREM BENEFICIADAS PELA MAQUINA RETROESCAVADEIRA DISPONIBILIZADA PELO DNOCS PARA A PREFEITURA.</b>				
<b>LOCALIDADE</b>	<b>UNID.</b>	<b>QUANT.</b>	<b>FAMILIAS ATENDIDAS</b>	<b>HAB.</b>
Projeto Pedra Branca (Agrovilas 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13).	1	1	1.500	7.000
Riacho Seco	1	1	2.000	8.000

## 8 - CONTRAPARTIDA

Não há contrapartida por parte do conveniente do objeto proposto.

## 9 - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Não há cronograma de desembolso.

## 10 - CAPACIDADE TÉCNICA

A Prefeitura Municipal De Curaçá-Ba apresenta capacidade técnica e gerencial para supervisão do proposto.

## 11 - DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante legal do proponente, declaro, para fins de prova junto ao **Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) / Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS)**, para os efeitos e sob as penas da lei, que inexistente qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o Tesouro Nacional ou qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, que impeça a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas nos orçamentos da União, na forma deste plano de trabalho, quando couber.

Pede deferimento



Curacá-Ba, 24 de fevereiro de 2026.

**ROBSON MURILO  
BOMFIM DA  
SILVA:001439675  
09**

Assinado digitalmente por ROBSON MURILO  
BOMFIM DA SILVA:00143967509  
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Certificado Digital  
PF A1, OU=Videoconferencia, OU=  
57581801000105, OU=AC SyngularID Multipla,  
CN=ROBSON MURILO BOMFIM DA  
SILVA:00143967509  
Razão: Eu sou o autor deste documento  
Localização:  
Data: 2026.02.24 18:43:11-03'00'  
Foxit PDF Reader Versão: 2025.2.1

**Robson Murilo Bomfim da Silva  
PREFEITO MUNICIPAL**